

Formações nominais designativas da língua do Brasil: uma abordagem enunciativa

Designative nominal structures in the language in Brazil:
an enunciative approach

Luiz Francisco Dias

Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil

Resumo: Neste estudo, analisamos as construções nominais “língua nacional”, “língua pátria”, “língua do Brasil” e “língua brasileira”. Especificamente, abordamos essas construções como formações nominais, observando o papel do determinante adjetivo na constituição do domínio referencial, responsável pela distinção de sentido. A abordagem apresenta como fundamento a semântica da enunciação, desenvolvida por Guimarães (1995, 2002), a partir das teses de Benveniste e Ducrot sobre a significação.

Palavras-chave: Enunciação. Língua brasileira. Formação nominal.

Abstract: In this study, we analyze the nominal structures “língua nacional”, “língua pátria”, “língua do Brasil” and “língua brasileira”. Specifically, we approach these constructions as nominal structures within which we observe the role of adjective determinants in the constitution of a reference domain, responsible for the distinction of meaning. The approach presents enunciative semantics as grounding, developed by Guimarães (1995, 2002), based on the theses on meaning by Benveniste and Ducrot.

Keywords: Enunciation. Brazilian language. Nominal structure.

Introdução

O que pode e deve ser dito sobre a(s) língua(s)? Neste estudo, nós nos propomos a difícil tarefa de produzir um recorte no interior do qual a resposta a essa pergunta ganhará traços de uma análise da enunciação do nome da língua majoritária falada no Brasil em determinado período da nossa história – décadas de 30 e 40. Buscaremos os modos de legitimação e cristalização de discursos sobre a língua dos colonizadores portugueses, tendo em vista as designações que coocorriam com o nome “língua portuguesa”. Entre essas designações, destacamos “língua nacional”, “língua pátria”, “língua do Brasil” e “língua brasileira”.

Para isso, vamos analisar as determinações contraídas pelo nome “língua” em cada uma dessas designações. Especificamente, vamos desenvolver o conceito de formação nominal (FN). No interior da FN, observaremos o papel do determinante adjetivo na constituição do domínio referencial, responsável pela distinção de sentido das designações apresentadas.

No que se refere aos fundamentos teóricos, o trabalho se ancora nos estudos de Guimarães (1995, 2002) desenvolvidos a partir das teses de Benveniste e Ducrot sobre a significação.

Enunciação e formação nominal

A abordagem das construções nominais praticada pela maioria dos semanticistas de linha formal advém da tese de G. Frege, desenvolvida ainda no final do século XIX. Nessa tese, o interesse maior pelas construções nucleadas por um substantivo, modernamente designadas “sintagmas nominais”, reside na capacidade de elas apresentarem informações sobre a realidade. O sintagma nominal abrigaria o modo como se apresenta a entidade que ele nomeia. Esse modo de apresentar o real constituiria o *sentido*, no entender de Frege.

Nessa perspectiva, o interesse semântico no estudo do sintagma nominal estaria nas propriedades do real apresentadas pelos termos desse sintagma. Segundo Chierchia (2003), substantivos e adjetivos proporcionam meios para referir-nos a classes de objetos. Nos seus termos, “a palavra *cachorro* nos permite falar de uma certa classe de mamíferos domésticos, a palavra *vermelho* nos permite falar das coisas que refletem a luz de uma certa maneira” (CHIERCHIA, 2003, p. 325-326). Constituir um sintagma nominal pode implicar a realização de uma operação de composicionalidade em que um nome nuclear recebe uma determinação com vistas a enriquecer o modo como se apresenta uma entidade

do real. Nessa direção, as determinações nessa composicionalidade proporcionariam uma “elasticidade” do nome nuclear:

podemos querer falar não só de cachorros, mas também de cachorros vermelhos, cachorros de que gostamos, cachorros de pelúcia etc. Evidentemente, seria impossível renegociar constantemente nosso léxico, inventando a cada passo novos nomes, novos verbos etc. É nesse ponto que a modificação intervém de maneira sistemática. Ela nos permite qualificar, modificar e enriquecer as expressões predicativas, pela possibilidade de definir classes e relações sempre novas, a partir daquelas que já se encontram codificadas no léxico. (CHIERCHIA, 2003, p. 328).

Dessa maneira, o sintagma nominal expressaria as propriedades que seriam necessárias para a possibilidade de referência dessas entidades no mundo.

No entanto, do ponto de vista de uma semântica da enunciação, a relação entre o substantivo e o adjetivo no âmbito do sintagma nominal contrai problemas que desafiam a visão composicional. Em Dias (2012a), abordamos aspectos relativos à construção nominal “antiga Rua da Floresta”. Trata-se da adjetivação “antiga” para uma rua da cidade de Campina Grande, PB. A rua é denominada *Coronel João Lourenço Porto*. É uma rua comum, que não se destaca por nenhum atrativo especial. Efetivamente, nesse caso, o adjetivo “antiga”, relacionado à *Rua da Floresta*, não indica nem a qualidade, nem o estado, nem muito menos a aparência da rua, nem algo que esteja na órbita da caracterização da rua. Nesse caso, o adjetivo não opera uma modificação/determinação do núcleo “Rua da Floresta” de forma a qualificar, modificar ou enriquecer a predicação, pois não ocorre uma predicação sobre “rua”. A *Rua da Floresta*, efetivamente, não é antiga, nem os habitantes da cidade a consideram assim. O adjetivo “antiga” só poderá ser compreendido na medida em que a enunciação mobiliza sentidos de resistência a uma mudança no nome da rua, que se instaurou quando a Câmara Municipal aprovou a mudança. Dizer “antiga Rua da Floresta” é, efetivamente, reconhecer essa mudança; por isso, não se diz simplesmente *Rua da Floresta*. Assim, enunciar “antiga Rua da Floresta” é invocar uma memória e marcar uma resistência. A agregação do adjetivo à construção nominal é permeada pela historicidade específica

da relação entre o sujeito e as instituições sociais, que se mostra na (re)incidência do gesto cotidiano do cidadão campinense ao (re)nomear a rua pela resistência. A constituição desse sintagma nominal não envolve, como supunha Chierchia, a determinação de um adjetivo de modo a enriquecer uma entidade do real, uma vez que “antiga” não expressa o modo como se apresenta a entidade “Rua da Floresta”.

Da mesma forma, Borges Neto (1985, p. 36-37) apresenta algumas construções nominais que desafiam a perspectiva composicional, como em “mero estudante”:

Luiz Francisco

Dias

14

o fato de alguém dizer ‘mero estudante’ significa que esse alguém tem os estudantes em baixa consideração (em geral ou em relação a determinado contexto ou tarefa). Assim, o adjetivo ‘mero’ tem sua carga informativa determinada não pelo nexos que mantém com o N mas pelo nexos que o N mantém com o falante (poderíamos falar de nexos pragmático?).

Os dois exemplos que apresentamos indicam que a constituição de uma construção nominal não é exatamente motivada por um gesto informativo de uma entidade externa à linguagem, seja essa entidade objetos, seres, fatos, realidades. Há algo mais na ordem do sentido do que a afirmação das propriedades de uma entidade extralinguística.

Em Dias (2010, 2011), desenvolvemos o conceito de formação nominal (FN), como alternativa para o conceito de sintagma nominal, no sentido de compreender as construções nominais do ponto de vista de uma semântica da enunciação. Através do conceito de FN, nós nos colocamos distantes da perspectiva composicional defendida por Chierchia.

A FN tem como esteio a constituição de um domínio referencial. Na medida em que nos afastamos da abordagem formal, o conceito de *domínio referencial* adquire destaque. Trata-se de um conceito inspirado no conceito de *referencial*, de Foucault (1986, p. 104):

um ‘referencial’ que não é constituído de ‘coisas’, de ‘fatos’, de ‘realidades’, ou de ‘seres’, mas de leis de possibilidade, de regras de existência para os objetos que aí se encontram nomeados, designados ou descritos, para as relações que aí se encontram afirmadas ou negadas. O referencial do enunciado forma o lugar, a condição, o campo de emergência, a instância de diferen-

ciação dos indivíduos ou dos objetos, dos estados de coisas e das relações que são postas em jogo pelo próprio enunciado; define as possibilidades de aparecimento e de delimitação do que dá à frase seu sentido, à proposição seu valor de verdade. É esse conjunto que caracteriza o nível *enunciativo* da formulação, por oposição ao seu nível gramatical e seu nível lógico...

Nessa direção, a FN congrega nomes, designações, afirmações, mas concebidos não em termos informativos das entidades, mas a partir do campo de emergência das entidades nomeadas. Uma entidade exterior à linguagem precisa adquirir pertinência para ser nomeada, isto é, precisa se submeter a uma regra de existência, como nos ensinou Foucault. O compromisso de uma FN não é com a entidade em si, mesmo porque ela não existiria nessa condição, mas com o campo de emergência de entidades recortado da exterioridade. Trata-se de um recorte enunciativo, porque essas entidades não se encontram discriminadas e delimitadas na natureza. A enunciação irá torná-las pertinentes aos acontecimentos linguísticos, tendo em vista as possibilidades históricas que as fazem emergir. As FNs abrigam a base desse referencial, isto é, desse campo de emergência das entidades extralinguísticas. Na medida em que ganham identidade nesse referencial, a ordem de objeto extralinguístico não se sustenta, pois essas entidades passam a ser constituídas por uma ordem do próprio enunciado, do pertinente na enunciação histórica. Assim, uma FN é uma formação das condições em que a construção nominal baliza um domínio referencial.

Na nossa perspectiva de abordagem do sentido, a enunciação é o acontecimento de produção do enunciado, o qual adquire sentido na medida em que uma atualidade motivadora da formulação adquire pertinência na relação com outras enunciações, concebidas como traços da memória discursiva¹. Em Dias (2011), abordamos as determinações contraídas pelo nome na FN como condições de agregação de uma atualidade a uma memória.

Na FN “enciclopédia livre”, utilizada como *slogan* da Wikipédia, o adjetivo “livre” funciona como perspectivação de uma atualidade pertinente na relação com a memória, enquanto traço de anterioridade advinda do nome “enciclopédia”. Conforme Dias (2011, p. 276-277):

1 Para o conceito de traços de memória, ver Dias (2012b) e Pêcheux (1999).

Afirmar o caráter livre de uma enciclopédia constitui um índice de acontecimento enunciativo, na medida em que a pertinência da memória de enciclopédia é tematizada e captada na FN sob a forma de uma distinção. Em outros termos, afirmar o traço livre de uma enciclopédia é uma forma de distingui-la de outras, associadas à memória de enciclopédia. Essa memória de enciclopédia se apresenta com o traço de privação de liberdade. Ao se afirmar esse traço de liberdade para a enciclopédia, o determinante do nome núcleo faz aparecer um traço do passado das enciclopédias que ainda não tinha sido evocado na memória que sustenta a significação desse nome nuclear: a impossibilidade da intervenção do leitor na edição do seu conteúdo. O acontecimento enunciativo, nesse aspecto, se apresenta como um espaço em que os traços de memória comparecem na atualidade do enunciar tendo em vista a formulação de encaixes de dependência nas articulações em torno do nome.

Em suma, a FN guarda uma potencialidade de observação da realidade, não a partir das eventuais propriedades informativas dos elementos discretos dessa realidade, mas a partir dos traços em função dos quais elementos do real adquirem pertinência para a realidade enunciada, ou seja, em termos foucaultianos, a partir do nível enunciativo da própria formulação.

Com base nessa concepção, vamos abordar a constituição das FNs “língua nacional”, “língua do Brasil”, “língua pátria” e “língua brasileira”, conforme enunciadas nas décadas de 30 e 40 no Brasil.

Enunciações sobre a língua portuguesa no Brasil nas décadas de 1930 e 1940

Em Dias (1996), realizamos uma abordagem enunciativa dos sentidos da denominação “língua brasileira” para a língua portuguesa falada no Brasil em textos parlamentares das décadas de 30 e 40 no Brasil. Esses textos surgiram de propostas do legislativo brasileiro, as quais visavam à mudança do nome da língua oficial do Brasil, de “língua portuguesa” para “língua brasileira”. No âmbito desse estudo, dois sentidos se destacavam. Para os parlamentares favoráveis à mudança, o nome “língua brasileira” era adequado porque tinha como referencial as especificidades prosódicas e lexicais da fala do povo brasileiro. Por sua vez, no entendimento dos parlamentares contrários à mudança, o nome “língua

brasileira” não deveria ser adotado como língua oficial porque tinha como referencial a fala da população sem escrita e desprovida dos meios culturais de prestígio na sociedade. Dessa forma, na primeira acepção, motivadora da proposta de adoção oficial, a determinação “brasileira” significava a qualificação da língua portuguesa praticada no Brasil; na segunda acepção, motivadora da proposta de rejeição à mudança, a adjetivação “brasileira” determinava a constituição de um nome para uma língua diferente do português, que, por se apresentar sem escrita, não era “digna” de representar oficialmente a língua da nação. Esse debate ocorreu no auge dos movimentos nacionalistas no Brasil, no âmbito do aspecto relativo à identidade linguística brasileira.

Em todas essas discussões, estava em causa, direta ou indiretamente, a questão do caráter que a língua portuguesa adquiriu no Brasil, tendo em vista, principalmente, o modelo de colonização adotado pela metrópole. As medidas destinadas a oficializar o ensino da língua portuguesa no Brasil, já no século XVIII, após quase dois séculos de ausência de qualquer tipo de política cultural e educacional por parte da metrópole, apareceram em meio a um quadro social marcado por um cenário constituído por uma pequena faixa da população alfabetizada contrastante com uma maioria absoluta que não dominava a escrita, sendo que parte dela falava a *língua geral* ou *nheengatu*. Esse cenário era perpassado por outro, evidenciado por um contraste no qual se situava, de um lado, a língua do bom português e, de outro lado, a do português mal falado ou mal escrito.

Assim, desde os primeiros anos do Império, o problema da “identidade linguística” no Brasil já fora tema de muitos debates. Na nossa primeira Constituição, a utilização do termo “língua nacional” para designar a língua falada no Brasil resultou de uma emenda ao Parlamento do Império propondo que os diplomas dos médicos cirurgiões fossem redigidos “em linguagem brasileira, que é a mais própria”². Mais tarde, o problema da identidade linguística também esteve em pauta, tanto nos debates travados entre José de Alencar e Pinheiro Chagas, em meados do século XIX, como também no movimento modernista, na década de 20.

No século XIX, encontramos várias expressões que, no nosso entender, funcionaram como germinação do nome “língua brasileira”. Vejamos:

2 Annaes do Parlamento Brasileiro. 22 de junho de 1826. p. 264.

- a) “O dialeto brasileiro já se distingue do dialeto português: e cada vez essa distinção deve ser mais profunda” (JOSÉ DE ALENCAR, s.d. in: PIMENTEL PINTO, 1978, p. 148);
- b) “De modo que me vou persuadindo que não foi indiscrição minha dar publicidade a versos escritos em linguagem brasileira [...] Mais de uma vez tenho escrito que compondo para o povo de meu país faço estado, e direi garbo, de escrever em linguagem brasileira se isso é deturpar a língua portuguesa, devo ser excomungado pelos fariseus luso-brasileiros. Escrevo em nosso idioma, que é luso-bundo-guarani” (SALOMÉ QUEIROGA, 1873 in: PIMENTEL PINTO, 1978, p. 168);
- c) “Analisar os fatores da língua portuguesa que se fala no Brasil, do luso-brasileiro, dissecando-os um por um, e aplicando a cada um o método rigoroso empregado no estudo do guarani, que, com o português colonial, o africano, o francês, o castelhano e outras línguas, forma a nossa atual linguagem” (MACEDO SOARES, 1884 in: PIMENTEL PINTO, 1978, p. 50-51).

As expressões “dialeto brasileiro” (a), “linguagem brasileira” (b), “luso-bundo-guarani” (b) e “luso-brasileiro” (c) funcionaram como experimentações designativas que confluíram para a denominação “língua brasileira” na primeira metade do século XX.

Tendo em vista o conceito de formação nominal, da forma como o apresentamos na primeira parte deste estudo, “língua brasileira” é uma FN que, nas duas décadas em foco, adquire identidade segundo um domínio referencial dominado pela perspectiva de brasileiro. De um lado, emerge nesse domínio o brasileiro apreendido pela imagem de idealidade e homogeneidade, cultivada pelos nacionalistas; de outro, emerge nesse domínio o brasileiro apreendido pela condição social, na sua face negativa. A FN recorta, na atualidade do debate, da polêmica, um memorável de brasilidade que vai se constituindo no Brasil ao longo da colonização, se estende ao período imperial e deságua na primeira metade do século XX. Trata-se da memória de gestos enunciativos da constituição de uma brasilidade que se contrai entre a “raiz” europeia e as “cores” nacionais, entre uma aceitação e uma rejeição. Enunciar a FN naquele período implicava participar do acontecimento em que uma atualidade convocada por uma possibilidade de mudança de desig-

nação do nome da língua do Brasil cruzava com esse memorável de brasilidade. Os enunciados constituídos com essa FN significavam na relação com esse cruzamento.

No entanto, outras FNs aparentemente sinônimas a essa integravam enunciados que circulavam de forma muito produtiva naquelas duas décadas e não carream um domínio referencial da mesma ordem. Trata-se das FNs “língua nacional”, “língua pátria” e “língua do Brasil”. Elas eram normalmente utilizadas até em enunciados daqueles que se opunham ao projeto de mudança do nome. Com efeito, essas FNs apareciam como predicativas tanto de língua portuguesa quanto de língua brasileira. Dessa forma, tínhamos:

*Formações
nominais
designativas
da língua do
Brasil*

A língua portuguesa	{é a}	língua nacional
A língua brasileira		língua pátria língua do Brasil

19

Ao se afirmar que “a língua portuguesa era a língua nacional”³, postulava-se um suporte para a designação “língua portuguesa”. Por sua vez, quando se dizia que “a língua nacional era a língua portuguesa”, tomava-se o suporte como um pré-construído para a designação “língua portuguesa”. Por outro lado, era com esse mesmo suporte que se constituíam os enunciados “a língua brasileira é a língua nacional” e “a língua nacional é a língua brasileira”. Dessa forma, tanto aqueles que se opunham à nova denominação quanto aqueles que a defendiam situavam a língua através de designações ancoradas na pertinência e/ou abrangência da língua (*língua nacional*), pertencimento do falante-cidadão (*língua pátria*) ou localização do idioma (*língua do Brasil*).

Em termos de domínio referencial das FNs, diríamos que a instância de diferenciação dos objetos “língua nacional”, “língua pátria” e “língua do Brasil” não afetava o corpo de memória da brasilidade que se mostrou decisivo no suporte ao campo referencial de “língua brasileira” e, por consequência, de “língua portuguesa”. Em outros termos, o fato de uma língua se nacionalizar, de se associar à pátria do falante, ou de se implantar em um país, constitui-se em fator de identificação, mas não de identidade. Em termos de signifi-

³ O mesmo raciocínio é válido para “a língua portuguesa é a língua pátria” ou “a língua portuguesa é a língua do Brasil”.

cação, as três FNs amparam domínios de referência que se diferenciam no seu sentido, tendo em vista fatores de identificação, mas se igualam no sentido, quanto está em causa a ordem da identidade, associada à brasilidade, como apontamos.

Dessa maneira, o tratamento teórico que estamos fornecendo à FN se mostra distante daquele centrado nas propriedades do objeto, em que algo difere no sentido quando a informação sobre o objeto se mostra específica das suas propriedades. Nesta abordagem, o domínio referencial produz as condições para os recortes de sentido, tendo em vista a própria constituição enunciativa da formulação da FN, apresentada pelo funcionamento do enunciado em que se situa. O que regula a sinonímia, por exemplo, não são as propriedades do objeto designado, mas os cruzamentos de memória e atualidade que operam no domínio referencial.

A postulação de um suporte para a denominação da língua no Brasil foi um fato discursivo na primeira metade do século XX que deixou entrever uma disputa em torno de um nome que aparece como aglutinador de unidade: língua brasileira. Isto é, afirma-se, reiteradamente, que “a língua portuguesa é a língua nacional” porque começa a ganhar espaço o enunciado “a língua brasileira é a língua nacional”. Paralelamente, ganham espaço enunciados como “a língua portuguesa não é a língua nacional”, no qual se nega o suporte do nome “outro” (isto é, do nome concorrente). Nesse momento, o nome “língua brasileira” está produzindo o efeito de unidade capaz de dar-lhe o *status* de nome de outro objeto, visto que é capaz de aglutinar os mesmos suportes do nome “língua portuguesa”. A disputa pelos suportes indica nesse momento que a relação entre nome e referente está permeada pelo “outro”. A configuração de uma unidade de aglutinação em torno dos suportes já configurados é a pista para entendermos que a busca de uma nova denominação representa o espaço de um domínio referencial cujos contornos, em termos políticos, incomodavam uma parte da sociedade.

Considerações finais

Esperamos ter apontado os fundamentos de uma abordagem alternativa à postura formalista do sintagma nominal, segundo a qual os seus componentes se articulam internamente segundo as propriedades do referente. Para isso, propusemos uma mudança no próprio eixo das construções nominais, consideradas na sua condição de processo, e não de produto. Daí o tratamento em termos de *formação*

nominal e não mais em termos de sintagma nominal. A articulação entre o núcleo e os determinantes é explicada não em função das propriedades, mas em função das condições enunciativas que dão suporte a um domínio referencial.

Tendo em vista a natureza de perspectivador do adjetivo (DIAS, 2012a), a sua relação com o núcleo substantivo, nas FNs abordadas neste estudo, traduz modos de legitimação e cristalização do que pode e deve ser dito sobre a língua majoritariamente falada no Brasil, na primeira metade do século XX. O estudo da constituição das FNs reforça a tese segundo a qual os discursos institucionalizam sentidos, pois eles sustentam os domínios referenciais que recortam o real. Tem-se, assim, o campo de pertencimento que construímos nas enunciações do cotidiano, na relação entre a atualidade da formulação e o memorável de enunciações outras que comparecem no acontecimento enunciativo.

Referências

BORGES NETO, J. O adjetivo e a construção do sintagma nominal: alguns problemas. **Letras**, Curitiba, n. 34, p. 28-38, 1985.

CHIERCHIA, G. **Semântica**. Campinas: Ed. da Unicamp/Eduel, 2003.

DIAS, L. F. Articulação sintática e trajeto temático: a norma culta em debate. In: ABREU, S. (Org.). **Reflexões linguísticas e redação no vestibular**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2010. p. 35-48.

_____. O adjetivo na formação nominal: uma abordagem enunciativa. **Web Revista Discursividade**, Campo Grande, v. 9, p. 1-10, 2012a.

_____. Memória, enunciação e lugares sintáticos. In: LEFFA, V. J.; ERNST, A. (Org.). **Linguagens: metodologias de ensino e pesquisa**. Pelotas: Educat, 2012b. p. 27-42.

_____. Os sentidos da liberdade no mundo *wiki*. In: SCHONS, C. R.; CAZARIN, E. A. (Org.). **Língua, escola e mídia: entrelaçando teorias, conceitos e metodologias**. Passo Fundo: Ed. da UPF, 2011. p. 272-287.

DIAS, L. F. **Os sentidos do idioma nacional**. Campinas: Pontes, 1996.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.

GUIMARÃES, E. **Os limites do sentido**. Campinas: Pontes, 1995.

_____. **Semântica do acontecimento**. Campinas: Pontes, 2002.

*Luiz Francisco
Dias*

PÊCHEUX, M. Papel da memória. In: ACHARD, P. et al. **Papel da memória**. Campinas: Pontes, 1999. p. 49-57.

22

PIMENTEL PINTO, E. **O português do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1978.